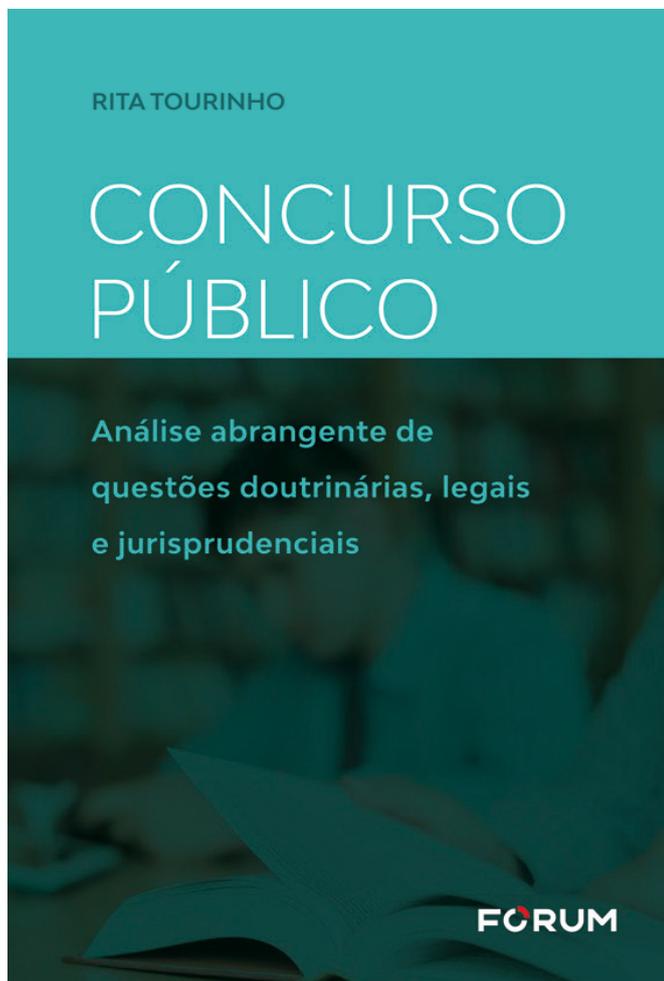


Rita Tourinho



CONCURSO PÚBLICO

Análise abrangente de questões doutrinárias, legais e jurisprudenciais

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO

Esta obra objetiva possibilitar o entendimento e o consequente controle de todas as questões relacionadas à realização do concurso público. Abordando desde a decisão administrativa de formalização do processo seletivo até a efetiva realização das provas, com a divulgação dos resultados, analisa ainda as formas de controle do certame concursal, inclusive a viável incidência da Lei de Improbidade Administrativa àqueles responsáveis pela sua condução.

Toda a análise é pautada em posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a matéria, de modo a propiciar grande contribuição aos envolvidos na elaboração do concurso público e àqueles que atuam no controle do processo concursal, sem esquecer, é claro, dos que participam do processo seletivo na condição de candidato.

Público-alvo/consumidores

PESSOAS QUE TRABALHAM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EM ÓRGÃOS DE CONTROLE, COMO MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS. TAMBÉM ADVOGADOS QUE MILITAM EM MANDADOS DE SEGURANÇA CONCERNENTES A CONCURSOS PÚBLICOS. A TEMÁTICA É BEM ABRANGENTE..

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001642

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
CONCURSO PÚBLICO: GARANTIAS PRINCÍPIOLÓGICA E CONSTITUCIONAL	17
1.1 O processo seletivo para ingresso no serviço público	17
1.2 Natureza jurídica do concurso público.....	22
1.3 O concurso público como processo garantidor de princípios administrativos.....	25
CAPÍTULO II	
DAS EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS À OBRIGATORIEDADE DO CONCURSO PÚBLICO	37
2.1 Noções introdutórias	37
2.2. Exigência do concurso público no âmbito da Administração indireta: a situação das empresas estatais exploradoras de atividade econômica e dos conselhos de fiscalização profissional.....	37
2.3. Dos cargos em comissão	42
2.4. Da contratação temporária de excepcional interesse público	47
2.5 Outras exceções à regra do concurso público	53
CAPÍTULO III	
BURLA À REGRA DO CONCURSO PÚBLICO ATRAVÉS DO PROVIMENTO DERIVADO	57
3.1. Provimentos originário e derivado.....	57
3.2. A regra do concurso público frente aos tipos de provimento.....	59
3.3 Do concurso interno.....	61
3.4 A terceirização como burla à regra do concurso público	64
CAPÍTULO IV	
DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.....	69
4.1 Do processo licitatório: antecedente necessário aos contratos administrativos	69
4.2 A contratação direta de empresas para realização de concurso público	71
4.3 Da licitação para contratação de empresa voltada à realização de concurso público	80
4.4 Do projeto básico e o conseqüente contrato: busca da eficiência	86
CAPÍTULO V	
DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E AS EXIGÊNCIAS PARA A INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS.....	91
5.1 Aspectos gerais.....	91
5.2 Da criação de cargos e empregos públicos.....	92
5.3 Da constituição da banca examinadora	96
5.4 Das exigências para inscrição em concurso público	101
5.4.1 Do edital de concurso.....	101
5.4.2 Das exigências referentes à pessoa do candidato.....	104
5.4.3 Do pagamento do valor da inscrição.....	114

CAPÍTULO VI	
DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO: O DIREITO À	
NOMEAÇÃO E O CADASTRO DE RESERVA	
	121
6.1	Aspectos introdutórios.....
	121
6.1.1	Da abertura do concurso público.....
	121
6.1.2	Do deferimento das inscrições
	123
6.2	Das provas do concurso público
	125
6.2.1	Questões vinculadas à realização das provas
	133
6.3	Da análise dos títulos e outras possíveis fases do
	certame.....
	138
6.4	Da divulgação dos resultados e homologação do
	concurso.....
	143
6.5	Do direito à nomeação
	145
6.6	Do concurso para cadastro de reserva
	150

CAPÍTULO VII	
RESERVA DE VAGAS EM CONCURSO PÚBLICO	
E AÇÕES AFIRMATIVAS	
	153
7.1	Da perspectiva do princípio da igualdade frente às
	desigualdades
	153
7.2	Das ações afirmativas
	155
7.3.	Da pessoa com deficiência e a sua especial proteção.....
	157
7.4	Reserva de vagas em concurso público para pessoas
	com deficiência como ação afirmativa
	159
7.5	Outras ações afirmativas
	165

CAPÍTULO VIII	
DA EXTINÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO E O DESVIO	
DE FINALIDADE NA REALIZAÇÃO DE NOVO CERTAME	
NO PRAZO DE VALIDADE DE CONCURSO ANTERIOR:	
QUESTÕES CORRELATAS	
	171
8.1	Da anulação de atos e procedimentos administrativos.....
	171
8.1.1	Do processo invalidador do concurso público e seu
	limite temporal
	176
8.1.2	Dos efeitos da invalidação do concurso público e o direito
	à indenização
	180
8.2	Da convalidação do concurso público
	185
8.3.	Da revogação do concurso público: limites e
	consequências
	188
8.4	Do prazo de validade do concurso público e o desvio
	de finalidade na abertura de novo certame concursal.....
	195
8.5	Realização de concurso público em ano eleitoral.....
	200

CAPÍTULO IX	
O CONTROLE DOS ATOS DE ADMISSÃO	
NO SERVIÇO PÚBLICO	
	207
9.1	Noções introdutórias
	207
9.2	O controle administrativo do concurso público
	210
9.2.1	O recurso administrativo como meio de impugnação
	do concurso público.....
	211
9.3	O controle exercido pelos Tribunais de Contas nos
	concursos públicos
	216
9.4	Meios de controle jurisdicional do concurso público
	220
9.4.1.	Extensão do controle jurisdicional da atividade
	administrativa.....
	220
9.4.2	O mandado de segurança como meio de controle do
	concurso público
	225
9.4.3	Da ação popular no controle do concurso público.....
	236
9.4.4	A ação civil pública na impugnação do certame
	concursal.....
	241

9.5	O controle externo do concurso público exercido pelo Ministério Público através de instrumentos extrajudiciais.....	252
9.5.1	Do inquérito civil	253
9.5.2	Da recomendação.....	255
9.5.3	Do termo de ajustamento de conduta – TAC.....	258

CAPÍTULO X

	VÍCIOS DO CONCURSO PÚBLICO ENQUADRADOS COMO ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	263
10.1	Considerações gerais sobre a Lei de Improbidade Administrativa.....	263
10.2	Do agente ativo da improbidade administrativa no concurso público	266
10.3	Dos tipos de improbidade administrativa vinculados ao concurso público	271
10.3.1	O enriquecimento ilícito em face do concurso público	272
10.3.2	O prejuízo ao erário vinculado ao concurso público	277
10.3.3	A violação de princípios e o certame concursal	283
10.4	Das sanções aplicadas aos atos de improbidade administrativa decorrentes do concurso público e a possibilidade de formalização de compromisso de ajustamento de conduta	292
	REFERÊNCIAS	305